

## Considerações sobre racismo e branqueamento: a lei 10.639/03 como mecanismo de autoafirmação da identidade negra.

*Suzan Stanley Philippe*<sup>1</sup>  
*Rhuann Lima Fernandes Porto*<sup>2</sup>  
*Flávio Rocha Pires da Silva*<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta considerações sobre aspectos das relações étnico-raciais, considerando que, no Brasil, dados estatísticos recentes comprovam ainda o quão desigual são os percursos vivenciados por pessoas negras em comparação com as trajetórias de pessoas brancas nos meios políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, numa abordagem sócia histórica, apontamos qual foi a relação do papel da ciência frente às presentes desigualdades raciais e como ela serviu para fabricação e propagação de ideais racistas no país. Exploramos, também, de que modo a utilização da pauta científica foi massificada no imaginário social como um mecanismo neutro e independente de questões políticas à medida em que estabeleceu hierarquias sociais e/ou argumentos para manter privilégios do grupo racial branco. A partir disso, desenvolvemos como as proposições científicas de fins do século XIX até meados do século XX estavam atreladas à formação do projeto de identidade nacional brasileiro; no qual as consequências disso ecoam até os dias de hoje, visto que toda construção de identidade nacional é violenta, pois pressupõe, como foi no Brasil, a eliminação forçada da diferença cultural, unificando uma identidade pautada nos valores hegemônicos europeus. Em seguida, é narrado o processo histórico do projeto de branqueamento no país, o qual desencadeou inúmeras mazelas na experiência de construção da identidade de pessoas negras. Tencionamos entender como, após a disseminação desse ideal, a população branca tornou-se privilegiada dentro de uma estrutura de poder construída pela elite branca brasileira, em que o grupo branco é tido como padrão de referência moral, intelectual, social e política, fortalecendo a autoestima e o autoconceito dessa população. Por fim, analisamos a luta pela afirmação da identidade negra por meio de medidas institucionais, tal como a lei 10.639/03 e seus impactos.

**Palavras-chave:** Racismo; Branqueamento; Identidade Negra.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, atualmente está no 8º período. Contato: suzan.philippe@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, atualmente está no 6º período. Contato: rhuannfernandes.uerj@gmail.com

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Contato: flavio.rps@gmail.com

## 1. Introdução

“Por trás de toda fachada diplomática está o reconhecimento da gigantesca duplicidade e conspiração do homem branco para manter os povos de ascendência africana do mundo separados, tanto física como ideologicamente”. (X, Malcolm. 1965).

As teorias racialistas elaboradas na Europa e nos Estados Unidos a partir do século XVIII, como por exemplo, o determinismo biológico que teve por base a craniometria<sup>4</sup> (Gould, 1991), foram importadas para o Brasil na tentativa de incutir uma ilegítima inferioridade dos negros em relação aos brancos. Vale destacar que essas teorias sofreram modificações por conta da realidade brasileira, sendo utilizada para pensar a mestiçagem e/ou branqueamento como solução para os problemas do país, já que essas ideias raciais mantinham um diálogo constante com a ideia de “civilização”. Observamos, nesta sequência, os diferentes conceitos de evolução e suas variadas interpretações, a exemplo do conceito de degeneração social e o de eugenia, que começam a se desenvolver como uma solução para os países miscigenados.

É importante acentuar que os cientistas brasileiros compartilhavam de um mesmo âmbito cultural e político racista que influenciou suas produções. Esses homens utilizavam essas teorias orientadas pelo racismo científico como base para seus trabalhos, sendo esses, por sua vez, fomentados pela elite branca política do final do século XIX até meados do século XX. Essa mesma elite estava preocupada com o grande contingente populacional de pessoas negras na sociedade pós-abolição, tendo em conta que elas eram vistas como símbolo de degradação e atraso, como um empecilho para o ideal de república que se pretendia construir. Nessa perspectiva, mostraremos no texto como os cientistas brasileiros começam a produzir teorias que almejavam o branqueamento físico da população e como elas forneceram suporte vital ao racismo arianista que se propôs erradicar o negro. Evidencia-se que esses investigadores potencializavam suas teorias e pesquisas a partir de grandes instituições, como por exemplo, museus, institutos e universidades. Os exemplos mais célebres que temos são as escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.

Pensava-se então, no Brasil, o projeto de construção de uma identidade nacional, que incluía as políticas de imigração e outros mecanismos com o intuito de “mudar a cara do país”. Contudo, no século XIX, foi implementada no país uma lei que impedia a imigração de povos africanos e asiáticos. E, além disso, posteriormente foi aplicada a política de Getúlio Vargas, que incentivava a imigração de populações europeias, denominada como miscigenação seletiva. Também se faz necessária, dentro do contexto apresentado nesta investigação, uma análise sobre como as teorias elaboradas desde o século XVIII serviram como justificativas para inferiorização dos africanos, na tentativa de fundamentar o genocídio destes e o cruel processo de escravidão. Por isso, acreditamos que um dos nossos principais desígnios neste trabalho, é denunciar o papel realizado pela ciência na época, tanto na Europa e nos Estados

---

<sup>4</sup> Segundo Gould (1991), craniometria foi uma ciência numérica em que se apoiou o determinismo biológico.

Unidos, de maneira mais sintética, como no Brasil, de forma mais detalhada. O que é importante nessa questão é que os cientistas, junto à elite, pretendiam legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber em que participavam e por meio delas.

Intencionamos desmistificar a ideia de que a ciência seria totalmente afastada e independente do contexto social e político, já que os cientistas estão inseridos em uma cultura, compartilhando visões e ideias dos seus meios. Evidenciaremos então como, ao longo do tempo, certas teorias científicas foram produzidas com o intuito de gerar justificativas para traçar hierarquias sociais, dominações e manutenções de privilégios. Mesmo que tal projeto de nação tenha caído em descrédito em meados do século XX, as suas consequências foram trágicas para as pessoas negras, tendo em vista que a população, de modo geral, internalizou e transmitiu por décadas várias visões estereotipadas, por meio dos mais diversos mecanismos, sobretudo pelos midiáticos e imagéticos, engendrando aquilo que entendemos como um *habitus* da população negra: o embranquecimento. Diante disso, trataremos de que maneira o racismo opera, nos dias de hoje, a supremacia branca nos termos de Dove (1995), e de como o mesmo se complexificou e se tornou multifacetado, em diversas esferas da vida social, uma delas diz respeito ao “saber acadêmico” e do que é atualmente chamado de ciência<sup>5</sup>. Apresentamos os mais intensos momentos da luta pela afirmação de identidade dos movimentos negros no Brasil e quais mecanismos foram pensados e propostos por esses movimentos para reparar os índices de desigualdade racial presentes no país. Para completar, refletimos sobre a importância das ações afirmativas para a autoafirmação da identidade negra, tal como a relevância da lei 10.639/03 na educação.

## 2. A ciência ocidental na fabricação e propagação de ideias racistas

Gould (1991) nos apresenta um trecho da obra “*A República*”, escrita por volta de 380 A.E.C<sup>6</sup>, de Platão, na qual Sócrates suscita uma ideia de classificação sobre os cidadãos dentro de uma República ideal. O discurso de Sócrates estava baseado nas supostas condições inatas dos cidadãos, em que cada um estaria sujeito a permanecer em uma posição na república devido a sua condição biológica. Para formular suas classificações, Sócrates utilizou-se de valores obtusos como critérios, baseados, por exemplo, no princípio dos metais.

---

<sup>5</sup> Nesta análise, o racismo se configura com o patriarcalismo, conectado com o sistema capitalista (fundamentado na desigualdade, exploração, e distribuição desigual de recursos, conectado com uma governamentalidade específica de corpos e mentes disciplinados e padronizados), que desumaniza, desdignifica, reduz, destroça, apaga, invisibiliza, mata, adocece, violenta, genocida, destrói, marginaliza, exclui e segrega pessoas negras, nos âmbitos físicos, políticos, culturais, sociais, intelectuais, subjetivos, afetivos, materiais e existenciais. Desta forma, compreendo Supremacia Branca, como o fato da chamada raça branca controlar a força militar e econômica por meio de estruturas com as quais dirige e administra os recursos do mundo, incluindo a energia dos povos. Entendendo ela e a natureza do capitalismo como uma estrutura social europeia imposta histórica e culturalmente.

<sup>6</sup> Segundo Nogueira (2014), Era Comum (E.C.) e Antes da Era Comum (A.E.C) são notações das grandes eras históricas que vêm sendo preferidas em documentos que não tratam especificamente de temas cristãos. Seu ponto zero é o mesmo da Era Cristã, mas o sistema pretende pelo menos evitar a conotação religiosa explícita, limitando-se a ser um calendário civil internacional.

Segundo ele, os indivíduos eram diferenciados por suas “composições”: ouro, prata e latão, e essa classificação dizia respeito ao lugar que os cidadãos deveriam ocupar na organização social em questão, era uma espécie de hierarquia social. Essa ideologia fazia parte de um desejo de que as pessoas aceitassem o que lhes foi pré-determinado por alguma força maior<sup>7</sup>.

A partir dessa exemplificação e de outros desdobramentos, conseguimos observar como ao longo do tempo as justificativas para traçar hierarquias sociais foram utilizadas com o fim de exercer dominações sobre o “outro”. Considerando que a ciência costuma ser apresentada no imaginário social como a detentora da verdade absoluta, neutra e independente de questões políticas, uma área de prestígio – não por acaso ocupada em sua maioria por pessoas brancas –, temos como um dos pontos centrais deste trabalho, o compromisso de destacar o quão perigoso foi e é a utilização – por figuras e campos do saber influentes – de falsos dados científicos para delinear hierarquias entre grupos sociais.

Diversos teóricos começaram a elaborar hipóteses racistas por meio da ação científica em um determinado período histórico. O contexto mais preponderante para o assunto que estamos tratando localiza-se nos séculos XVIII e XIX. Nessa conjuntura, o homem começa a se centrar na razão e na ciência como fontes para a construção de conhecimento para interpretar as questões em sociedade e o comportamento humano, na maioria das vezes, a partir da biologia. A genética, medicina, psicologia, neurologia são algumas das áreas do saber que foram utilizadas como mecanismos de propagação de ideais racistas. Com o advento da modernidade, os europeus entram em contato mais intenso com outros povos, sobretudo a partir da expansão marítima, e construíram um ideal de ser humano e de progresso centrado em seus próprios valores. A partir desse ideal, julgavam os demais povos como inferiores e, portanto, passíveis de serem dominados e “civilizados”.

Por modernidade entendo um vasto e complexo paradigma que cultiva as ideias de progresso, individualismo e confiança na razão para controlar, gerir o meio e conquistar os povos não-europeus; paradigma que tem se desenvolvido a partir de elementos do renascimento europeu, da reforma protestante, do ideário iluminista, das revoluções científicas e industriais na Europa, e, da instalação da agenda da burguesia na gestão do estado (NOGUERA, 2010, p.05)

De saída, é importante dizer que a ciência é produzida por sujeitos historicamente situados<sup>8</sup>. Em outras palavras, não é possível haver ciência sem sujeito e sujeito sem ideologia, toda produção científica tem alguma carga de ideologia, resta saber para quais ideologias e o que elas significam em termos políticos e que efeitos sociais produzirão. No conceito utilizado

---

<sup>7</sup> Para Moore (2007), é possível identificar indícios de hierarquizações produzidas em função de traços fenotípicos no cerne da cultura ocidental desde a Grécia Antiga. A título de exemplo, ele afirma que pessoas migrantes que não se assemelhavam com os gregos eram taxadas como bárbaros, ou seja, seriam inferiores física e intelectualmente aos gregos, portanto, escravos por natureza.

<sup>8</sup> A ciência muitas vezes é “pintada” aos nossos olhos como um campo livre de corrupção social e política, de racismo, machismo e outros males que afetam à sociedade e corroboram para a perpetuação de hierarquias, segregação e exclusão. Muitos têm a ilusão de que a ciência é o campo da verdade e que ela não erra, e quem a produz não é corrompido por seus crédulos ou ideologias políticas.

nesse texto, pensamos ideologia muito mais em termos de “visão de mundo” na acepção de Dumont (1985), do que em sentido de orientação política como se percebe em outras áreas das ciências sociais. Neste caso, a ideologia (visão de mundo) desses cientistas era o que fundamentava o desenvolvimento de uma ciência racista.

Assim, alguns trabalhos científicos acabaram por fornecer dados que legitimaram o racismo, baseados no que muitos autores atuais chamam de determinismo biológico<sup>9</sup>. A craniometria, por exemplo, foi uma técnica na qual os cientistas acreditavam revelar o nível de inteligência e propensão a criminalidade de uma determinada “raça” pela medição de aspectos de seu crânio. Nott & Gliddon (1868 *apud* GOULD, 1991, p. 19) compararam os crânios de brancos, negros e chimpanzés para – por meio de dados produzidos de forma altamente questionáveis – concluir que negros se situam abaixo dos chimpanzés na escala biológica e posteriormente social.

A ciência, uma vez que deve ser executada por seres humanos, é uma atividade de cunho social. Seu progresso se faz por meio do pressentimento, da visão e da intuição. Boa parte das transformações que sofre ao longo do tempo não corresponde a uma aproximação da verdade absoluta, mas antes a uma alteração das circunstâncias culturais, que tanta influência exercem sobre ela. Os fatos não são fragmentos de informação puros e imaculados; a cultura também influencia o que vemos e o modo como vemos. Além disso, as teorias mais criativas com frequência são visões imaginativas aplicadas aos fatos, e a imaginação também deriva de uma fonte marcadamente cultural (GOULD, 1991, p. 5–6).

Uma das pesquisas mais famosas que se tem registro, desenvolvida nos EUA, que ilustra bem a ideologia racista da ciência da época, é a de Samuel George Morton (1799 - 1851), médico da Filadélfia que teve o propósito de hierarquizar as raças pelo tamanho do cérebro, fundando uma escola que depois se especializaria com os trabalhos de Paul Broca (1824 - 1880), na Europa. Para comprovar a inferioridade das outras raças (negros e indígenas) mediante aos brancos, Morton resolveu pesquisar e medir mais de mil crânios, alcançando sua capacidade em polegadas cúbicas ao revestir os crânios vazios primeiramente com sementes de mostarda e, como a variação ainda era insatisfatória, passou a usar balas de chumbo. Com o resultado das “capacidades” cranianas, concluiu que os brancos eram superiores – por conseguir colocar mais balas na cabeça desses – depois viriam os indígenas e, abaixo deles, os negros, na escala hierárquica da sociedade. Gold (1991) nos mostra ainda, que entre essas ideias se dividiam os argumentos em grupos que ele denomina como: “*linha branda*” e “*linha dura*”. Nessa ocasião, os teóricos da “linha dura” afirmavam que os negros eram inferiores e que a sua condição biológica justificava a escravidão e a colonização. Outro grupo, os de “linha branda”, concordava que os negros eram inferiores, mas afirmava que o direito de uma pessoa à liberdade não dependia do seu nível de inteligência.

Identifica-se que uma das teorias mais preponderantes entre esses cientistas foi a de Charles Darwin (1809 - 1882), conhecida como Seleção Natural. Para ele, os seres vivos

---

<sup>9</sup> São velhas e persistentes teorias que atribuem capacidades específicas “inatas” a “raças” ou a outros grupos humanos (LARAIA, 1986).

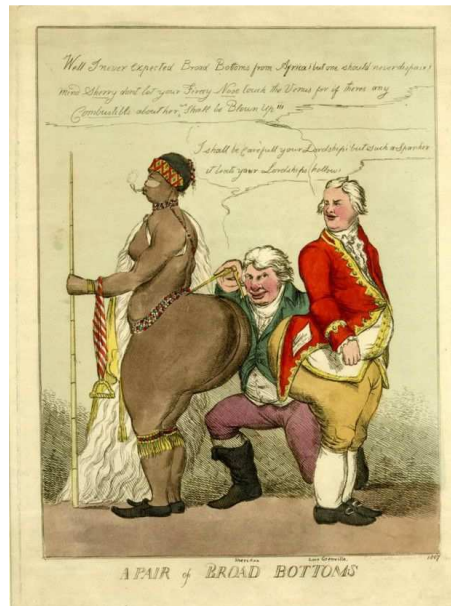


sobrevivem no meio ambiente de acordo com suas aptidões. Esse conceito de Darwin foi politicamente aplicado por cientistas na vida social, para se justificar a sociedade hierarquizada que estava a todo o momento sendo forjada. Assim se constrói o Darwinismo Social. Na perspectiva de Bolsanello (1996), esse conceito era aplicado na tentativa de demonstrar que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outros inferiores. A vida na sociedade humana, seria uma luta “natural” pela vida, portanto é normal que os mais aptos a vençam, ou seja, tenham sucesso, acesso ao poder social, econômico e político; da mesma forma, é normal que os menos aptos fracassem e não tenham acesso a qualquer forma de poder.

Para exemplificar a aplicação de tais propostas científicas, valemo-nos do filme: “A Vênus Negra” (2011), em que é contada a história de Sara Baartman ou Sartije. Acredita-se que ela tenha nascido na Província Oriental do cabo na África do Sul, tendo evidências, por meio de algumas fontes históricas, que a mesma pertencia ao grupo étnico *Khoishan*, chamado também de *Hotentote* pelos colonizadores holandeses. Julgava-se que ela sofria de *esteatopigia*, que consiste em uma grande quantidade de gordura no entorno das nádegas e por isso, os europeus a viam como uma figura exótica. Sob essa condição, ela foi levada para a Europa por seu “dono” e fazendeiro Caezar, para fazer apresentações em circos e festas em Londres, pois o mesmo lhe prometeu riqueza e novos horizontes.

O filme narra a história dela a partir dos eventos posteriores à sua morte, quando em Paris, no ano de 1815, em uma conferência na Academia de Medicina, cientistas fizeram análises sobre o corpo de Sartije, utilizando uma estátua embalsamada da mesma. Em um momento do filme, o cientista que faz apontamentos sobre o corpo dela e profere a seguinte frase: “nunca vi uma cabeça humana tão semelhante à de um macaco” e “nenhuma raça de negros é predecessora do povo que deu origem à civilização do Antigo Egito e da qual o mundo inteiro herdou os princípios das leis, das ciências e mesmo da religião”. Nas apresentações, Sartije era anunciada como um fenômeno do continente africano e uma “fêmea selvagem” do continente negro. Nos números circenses, ela se encontrava muitas vezes enjaulada, reproduzindo movimentos que eram aludidos a macacos, suas nádegas eram colocadas em evidência e ela devia se apresentar com danças “tribais”, de forma caricata, pertencentes a povos que até os dias de hoje são considerados “selvagens”.

**Figura 1. Charge Política feita com a figura de Sara Baartman no acervo do museu britânico.**



Fonte: bbc.com

Em uma sociedade em que a elite intelectual branca mundial precisava sanar o “problema” que era o negro em meio aos espaços políticos, quais grupos raciais seriam forjados como superiores e quais seriam os inferiores? Os mais aptos e menos aptos? O contexto histórico nos mostra que era evidente o desejo de alimentar toda uma estrutura histórica que mantinha uma parcela de brancos ocupando todos os lugares de poder em detrimento do povo negro-africano, conseqüentemente sem acesso a nenhuma riqueza, recursos e prestígios.

Ao nos deparar com esses trabalhos e essas representações científicas exercidas ao longo do tempo, podemos notar a tentativa de inferiorização do negro, isto é, a subalternização de uma raça por outra. Teorias que possibilitaram o domínio e o genocídio sistêmico dos povos africanos desde o século XV – com o início das expansões ultramarinas – e que hoje as suas conseqüências se refletem no mundo. Para entendermos melhor como estes ideais racistas chegam ao Brasil, especificamente, devemos antes de qualquer coisa, compreender o momento histórico, político e social que o país estava atravessando e como essas ideias racistas foram importadas. Em outras palavras, entender por que esses homens elegiam as teorias raciais de análise e como ela foi adaptada no país, na tentativa de compreender ou analisar a sociedade e os indivíduos nela presentes.

Nota-se, mediante as considerações acima, que o pensamento ocidental europeu precisou criar nomeações de valores a partir da nomeação dos “outros”, ou seja, demarcando fronteiras e identidade fixas, os europeus conseguiram dar caução de verdade e totalidade em relação aos seus diferentes. Jesus (2017) destaca que “as desqualificações epistêmica,

estética e cultural foram preponderantes para a dominação e usurpação europeia sobre outros continentes” (JESUS, 2017, p.02).

### 3. A pauta científica e o branqueamento no Brasil

Após 1888, com o término do sistema escravocrata, os intelectuais brasileiros tiveram que encarar uma questão: como inserir os ex-escravizados na sociedade republicana que surgia naquele momento? Nesse período, os negros eram considerados ameaça para a construção da identidade nacional, pois representariam algo “atrasado” e oposto aos ideais civilizatórios brancos. Logo, existia uma meta de anular quaisquer referências, protagonismos e características dos povos africanos no Brasil<sup>10</sup>. Nesse projeto de identidade nacional, começa-se a pensar a história do país de forma sistematizada, pois o Brasil era marcado por desigualdades econômicas, sociais, raciais, culturais e políticas. Reforça-se a implantação de um Estado nacional e surge uma tarefa de delinear um perfil para a “Nação Brasileira”. Em vista disso, os intelectuais, o governo e as elites da época viam a construção desse perfil como um desafio, pois a sociedade estava marcada por diferentes grupos raciais (brancos, indígenas e negros) e pelo seu passado escravista.

Segundo Panta (2015) e Palisser (2015), a solução para apagar a mancha negra foi encontrada no eugenismo que visava não só o branqueamento nacional – na sua forma biológica, por meio da miscigenação – mas também o estabelecimento de uma cultura unificada, através da hegemonia cultural em conformidade com os padrões civilizatórios provenientes da Europa. Nascimento (2016) aponta essa violência, citando que, um dos objetivos desse ideal, foi tentar diminuir expressivamente, em números, a população negra, e isso se inicia no estupro da mulher negra pelos homens brancos da sociedade dominante, em larga escala, dando continuidade ao processo de genocídio dos negros brasileiros que assumiu durante um tempo muito curto, diferentes formas. Ele destaca que a concepção de que o sangue branco purificava, diluía e aniquilava o sangue negro, considerado infectado e geneticamente inferior, fez com que “o processo de branqueamento nacional se apoiasse no estupro da mulher negra pelo homem branco, dando origem aos produtos de sangue misto”

---

<sup>10</sup> Descobriu-se que a diferença genética entre os mais diferentes grupos étnicos do mundo é muito pequena, o que derruba outro mito: a existência de raças humanas. No entanto, quando as pessoas que defendem o conceito falam de “raça”, estão dando um sentido político e social ao termo. Ou seja, referem-se às pessoas que se declaram ao IBGE como “pretas” ou “pardas”. Numa leitura política, essas duas categorias de cores são entendidas como o segmento “negro” da população, pois as pesquisas mostram que as trajetórias das pessoas “pretas” e “pardas” são muito mais próximas do que a das “brancas” (IBASE, 2006). Em outra análise, Noguera (2010) afirma que o termo “negro” caiu em desuso nos Estados Unidos e em outros países de língua inglesa, a partir da segunda metade do século XX, o termo “black” ganhou ainda mais espaço e se tornou dominante ao lado da designação de afro-americana. O que é distinto no Brasil, onde o termo “negro” ganhou uma revitalização e ressignificação depois de contínuos esforços dos movimentos sociais negros brasileiros em detrimento do termo afro-brasileiro não tem em território nacional o mesmo alcance do correspondente nos Estados Unidos.



(NASCIMENTO, 2016, p. 83). Neste sentido, nota-se com veemência um grande empenho, legitimado pelo Estado brasileiro, para absorver membros de grupos raciais distintos no segmento étnico socialmente dominante, buscando-se a homogeneidade, ora por meio da miscigenação ora pela assimilação cultural. Portanto, como observam Panta (2015) e Palisser (2015) o que se aspirou foi o embranquecimento físico e cultural do povo brasileiro e, simultaneamente, a extinção do contingente populacional negro e indígena.

Silva (2007) descreve que a ideologia do branqueamento foi defendida por homens como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Viana, entre tantos outros. Todos eles eram contrários à escravidão, mas imbuídos do racismo e da inferioridade inata dos negros. Faz-se imprescindível elencar alguns trechos que expõem o quanto os pensamentos racistas estiveram presentes nos discursos de alguns desses pensadores. Euclides da Cunha, que descreveu a guerra de canudos em seu livro “*Os Sertões*”, via os negros e mestiços como desiguais, ele descrevia os sertanejos (negros) como sub-raças, além de considerar que quanto mais clara e miscigenada a população, mais próxima ela estaria do ideal de embranquecimento. Pela mesma linha, Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*, considerada por muitos acadêmicos obra de grande prestígio, descreveu como positivo: “absorver o sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio que certamente embranqueceria o nosso povo” (SILVA, 1995, p. 26). Nascimento (2016), observa que um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento dessa ciência moderna brasileira se constituía nos universalismos conceituais eurocentrados que, em sua análise,

a “ciência” brasileira, em geral, usa o afro-brasileiro e o africano como mero material de pesquisa, dissociado de sua humanidade, omitindo sua dinâmica histórica, e as aspirações de sentido político e cultural do negro brasileiro. São estudos de vista curta, em geral, considerando os povos africanos e negros como “interessantes” e/ou “curiosos”; tais “estudos” veem o negro apenas na dimensão imobilizada de objeto, verdadeira múmia de laboratório (...) Uma vez mais, a patente aplicação de perspectivas europeias para fenômeno puramente africano e/ou afro-brasileiro, e a monótona repetição do comportamento científico domesticador que floresceu a partir da Europa e estados unidos desde o século passado (ABDIAS, 2016, p.40-41)

Em um apanhado geral, a partir das leituras exercidas sobre a obra de Munanga (2007), pode-se destacar que havia muitas contrariedades no que tange à produção intelectual sobre o “problema racial” do país nesse período. A título de exemplo, segundo ele, Nina Rodrigues acreditava que o mestiço era um degenerado, tanto física quanto culturalmente, pois herdava as piores características das duas raças e, nesse sentido, não deveria os brancos e os negros se envolverem, já que, de todo modo, a raça branca superior sobreviveria sem a necessidade de mistura racial, enquanto a negra iria desaparecer à medida em que o tempo passasse, levando em conta que, para ele, as raças cruzadas estão profundamente degradadas, considerando os indígenas e os negros como subespécies e essa mistura geraria algo pior do que eles próprios. “O mestiçamento não faz mais do que retardar a eliminação do sangue branco.” (RODRIGUES, 1935, p.25)

Por outro lado, em um pensamento mais homogêneo entre as raças e imaginando uma transição, isto é, a evolução das raça negra para a branca, para Silvio Romero, a mestiçagem

era necessária, pois dela surgiria um povo tipicamente brasileiro, e que somente por meio desta, acreditando no sangue superior do caucásico e na sua cultura proeminente, o negro e o indígena desvaneceria, diluindo a diversidade cultural e racial, padronizando-se, portanto, na predominância biológica e cultural branca. Assim, Romero exaltava que “nós temos a África em nossas cozinhas, América em nossas selvas, e Europa em nossas salas de visitas” (ROMERO *apud* RODRIGUES, 1935, p.15). Em ambos os pensadores, observa-se uma espécie de seleção natural baseada em princípios do darwinismo social, porém, com perspectivas distintas sobre a miscigenação. De todo modo, bem como observa Nascimento (2016), o país obteve a sua independência e, posteriormente, o processo de abolição apenas de maneira formal, já que tudo provinha dos Estados Unidos e de países europeus, isto é, a mentalidade, a cultura e a economia eram “extremamente dependentes e colonizadas” (NASCIMENTO, 2016, p.82), sendo a Europa ponto de referência para tudo que se pretendia construir, sobretudo nas ideias, padrões de julgamento estético e atividade científica de qualquer ramo.

Em uma outra análise, Ortiz (1985) observa que “o dilema dos intelectuais desta época era compreender a defasagem entre teoria e realidade, o que se consubstancia na construção de uma identidade nacional” (ORTIZ, 1985, p.13). A partir dessa perspectiva, o autor destaca que, pelo fato da maioria desses pensadores acreditarem na “superioridade” da civilização europeia, surgiriam problemas de cunho interpretativo sobre as teorias no momento de importa-las e tentarem adequar ao Brasil. E, é neste momento, que Ortiz (1985) começa a apontar as contradições presentes nas teorias desses homens, pois no Brasil assume-se novos contornos e peculiaridades. Dessa maneira, compreendemos que esses cientistas brasileiros, devido à especificidade social daquele momento, encontraram argumentos para interpretar o quadro social em duas noções particulares: o meio e a raça, que se constituíam como categorias analíticas do conhecimento naquele período e que estavam embasadas em questões estritamente deterministas. Contudo, era fundamental para os autores listados acima, como Nina Rodrigues e Silvio Romero, fundamentar dados científicos e teorias baseadas na inferioridade e características inatas dos negros, pois a partir dessas noções, eles acreditavam que conseguiriam transmitir o que havia de específico em nossa sociedade. Assim, Ortiz avalia que o corpo de intelectuais que analisavam e interpretavam o social nesse período atribuíam à raça branca uma posição de superioridade na construção da civilização brasileira. “As considerações de Sílvia Romero sobre o português, de Euclides da Cunha sobre a origem bandeirante do nordestino, os escritos de Nina Rodrigues, refletem todos a ideologia da supremacia racial do mundo branco” (ORTIZ, 1985, p.20).

Nesses pontos, podemos perceber a importação das teorias exercidas por esses pensadores, sua tentativa de adequação ao real e a interpretação biológica frente a população negra naquele período. Dentro disso, vale ressaltar que, ainda na perspectiva de Ortiz (1985), as teorias racialistas entram em declínio na Europa, mas ainda sim apresentavam-se absolutas no Brasil, não se tratando simplesmente de uma imitação ou cópia, há, em suas palavras “uma defasagem entre o momento de produção cultural e o momento de consumo” (ORTIZ, 1985, p.30). De todo modo, interpreta-se que os ideais do branqueamento almejavam, em seu cerne, dismantelar quaisquer referências que se tinha sobre a população negra, quer dizer, apagar

a identidade étnica/racial/cultural, a autoestima e a potencialidade dos negros. Como destacam Panta (2015) e Palisser (2015), ainda entre o fim do século XIX, e meados do século XX, o desejo de contrapor ao Brasil real, pluriétnico e pluricultural, ao Brasil ideal, hegemonicamente branco, pôde ser observado nas leis de migração brasileira, quer para inibir a entrada de povos melanodérmicos<sup>11</sup>, quer para incentivar a entrada de imigrantes europeus. Nascimento (2016) evidencia que

A orientação predominantemente racista da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. Assunção prevalecente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur Gobineau (1816 – 1882), influente diplomata e escritor francês, “fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças europeias”. Gobineau previa que dentro de dois séculos a raça negra desapareceria por inteiro. Até mesmo Joaquim Nabuco, o enérgico defensor do escravo, estava comprometido na política do embranquecimento, expressando suas esperanças de que “Esse admirável movimento imigratório, não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura: mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue” (NASCIMENTO, 2016, p.85).

Nobles (2009) nos ensina que, a ideologia do branqueamento no Brasil deu tão certa que não conseguimos olhar outra coisa senão tudo que foi engendrado pelo branco. Ou seja, negamos todas as outras formas de conhecimento, valores e espiritualidade que não estejam embasados nos valores europeus. Isso é consequência, como destaca Ramos (1995), do estabelecimento de autoridade em sólidos pilares pela elite branca brasileira a partir da lógica de branqueamento, o que emitiu um elemento de conservação do poder e uma efetiva garantia de duração do mesmo para população branca até os dias de hoje. Entendendo que, “a branquitude, enquanto sistema de poder, é fundada no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários” (Carneiro, 2005, p.47). Nesse sentido, podemos destacar o conceito de poder para Nobles (2009), que em sua análise

é a capacidade de definir a realidade e fazer outras pessoas reagirem à sua definição como se fosse delas. A realidade mais importante para se definir é o significado da própria condição de ser humano. O processo de embranquecimento foi e continua sendo uma tentativa de redefinir para os africanos o que significa ser uma pessoa. Ao fazê-lo, afirma que ser africano era ser menos humano e que por meio do processo de embranquecimento os africanos poderiam tornar-se humanos, com efeito, o embranquecimento associa a bondade, o sucesso a criatividade, o gênio, a beleza e a civilização com a brancura. Em última instância, identifica a condição humana como fato de ser branco (NOBLES, 2009, p.287).

Vale dizer, que vários intelectuais forjaram suas projeções acerca do que seria a “nação brasileira” e reforçaram, por meio de seus referenciais teóricos, suas ideais e seu protagonismo na sociedade brasileira, na tentativa de formar uma concepção homogênea de Brasil. Por exemplo, Gilberto Freyre, escritor considerado no cânone acadêmico, buscava interpretações

---

<sup>11</sup> Ver Moore (2007, p.38).

culturais sobre o Brasil – se diferenciando dos intelectuais de seu tempo por retirar o foco do fator biológico de raça – foi o precursor na defesa de que no país há o “povo brasileiro” e que o importante era reconhecer a contribuição de cada uma das raças que constituíam o Brasil. Todavia, sua análise foi exercida a partir do paradigma civilizatório branco ocidental<sup>12</sup>, muito influenciado pela antropologia moderna e o culturalismo de Frantz Boas (1858 – 1942), o que permitiu fantasiar todo o processo racista de construção do país até o momento e romantizar as relações entre senhores e escravizados, valorizando em última instância o colonizador português e seus aspectos culturais próprios, apesar dos pouquíssimos apontamentos críticos ao processo de escravidão.

Quando fazemos referência ao impacto social ocasionado pelos seus escritos, nos referimos, assim como Bento (2002) destaca, ao fato de Freyre (1992) fornecer à elite branca os argumentos para se defender e continuar a usufruir dos seus privilégios raciais. Os postulados de suas obras, constituem a essência do famigerado Mito (ou ideologia) da Democracia Racial Brasileira. Esse mito, ao longo da história do país, vem servindo ao triste papel de favorecer e legitimar a discriminação racial. Para além disso, podemos destacar que as ideias de Freyre (1992) serviram muito para o domínio e expansão do Estado Português sobre os países africanos, com o seu papel político atuante em reuniões e envio de escritos para as lideranças políticas de Portugal. Como demonstra Castelo (2013), os seus escritos forneceram a confirmação da especial capacidade dos portugueses para a colonização e perpassava no discurso político e ideológico nacional a ideia de uma particular adaptação dos portugueses ao clima tropical e de uma relação especial com os povos colonizados. Em traços gerais, o luso-tropicalismo descrito por ele em suas obras, é postulado a especial capacidade de adaptação dos portugueses aos trópicos, não por interesse político ou econômico, mas por empatia inata e criadora. O que se observa, em suas proposições, é a defesa de uma aptidão por parte dos portugueses para se relacionar com as terras e gentes tropicais, a sua plasticidade intrínseca que resultaria da sua própria origem étnica híbrida, da sua “bi continentalidade” e do longo contato com mouros e judeus na Península Ibérica, nos primeiros séculos da nacionalidade, e manifesta-se sobretudo através da miscigenação e da interpenetração de culturas.

Em oposição, é importante destacar os trabalhos de Bastide (1959) e Fernandes (1964), pois a hipótese de democracia racial foi desmantelada nas pesquisas sobre a questão racial no Brasil que tiveram eles como pioneiros na esfera acadêmica, onde inauguraram uma nova vertente sobre as relações raciais no país a partir do projeto da UNESCO, para Fernandes

---

<sup>12</sup> Jesus (2015) conclui que, por paradigma civilizatório, “entende-se um conjunto de pressupostos, concepções, valores, crenças, saberes e práticas compartilhadas por um grupo de pessoas, e que transcende os limites geográficos onde vivem, que dão vivacidade e organização a um modo de observar, agir e compreender o mundo. No que se refere ao paradigma ocidental, a racionalidade da ciência moderna construiu o que chama de “Paradigma Dominante”, ou seja, um “modelo totalitário” de observar e compreender o mundo, na medida em que “nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas”. Esse paradigma pressupõe a separação entre ser humano e natureza; visa a conhecer a natureza para dominá-la e controlá-la; assenta-se na redução da complexidade; possui como pressupostos a ordem e a estabilidade do mundo.

(1989), a democracia racial brasileira não passava de um mito, que foi criado pela maioria branca – em termos hegemônicos – tendo em vista os interesses sociais e os valores morais dessa população<sup>13</sup>. Em sua perspectiva, essa ideologia, não ajuda o branco no sentido de obrigá-lo a diminuir as formas existentes de resistência à ascensão social do negro; nem ajuda o negro a tomar consciência realista da situação e lutar para modificá-la, “de modo a converter a ‘tolerância racial’ existente em um fator favorável a seu êxito como pessoa e como membro de um estoque racial” (FERNANDES, 2005, p.172-173).

Freyre cunha eufemismos raciais tentando, em vista, racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo *morenidade*; não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta visando uma extremamente perigosa mística racista, cujo o objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro. É curioso, notar que tal sofisticada espécie de racismo, é uma perversão tão intrínseca ao Brasil ao ponto de se tornar uma qualidade, diríamos, natural, do branco brasileiro (NASCIMENTO, 2016, p.50)

Reforçando o debate sobre embranquecimento, pode-se notar, nos mais diversos aspectos, que uma apropriada demonstração a esse respeito se dá na representação por imagens, pois sabemos que as linguagens imagéticas possuem um papel extremamente influenciador na vida cotidiana dos indivíduos. Um exemplo é o quadro “*A redenção de Cam*” (**figura 2**). Lotierzo (2013), descreve que esse quadro se constitui como um estudo sobre as diferentes graduações de tons de pele, visando o processo branqueador. Pelas características corporais, o quadro reproduz o que seria o branqueamento aos olhos de brocos (autor do quadro). Pode-se pensar, numa formulação didática, as conexões de parentesco entre personagens de tons de pele distintos e que o quadro tem a intenção de propor um modelo de integração racial para o país, via casamento inter-racial, trazendo a público e legitimando uma moral vigente na época, em que se pensava o branqueamento da população.

Outra representação imagética é escancarada na revista infantil, publicada nos anos de 1928 até 1937, “*O Tico-Tico*”. Em que se mostra “Lamparina” (**figura 3**), uma personagem negra com traços satíricos, falando “errado” e sendo representada como algo negativo e inferior. O desenho tinha um conteúdo direcionado às crianças brancas “letradas” e persuasivamente retratava que ser negro era um diminutivo, um castigo. Isso deixaria nítido

---

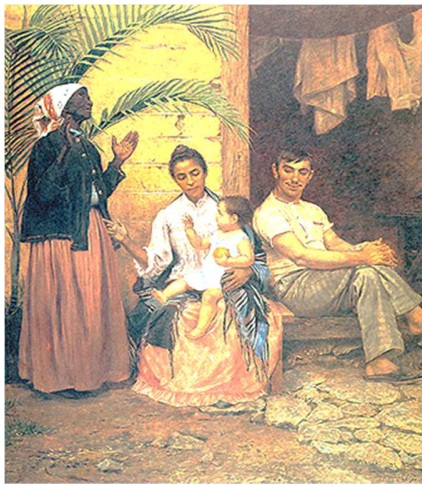
<sup>13</sup> Importante abrir um parêntese, Brasil Jr. (2015) apresenta em seu trabalho um aspecto que se mostra crucial para o nosso debate: a partir da interpretação das obras de Elide Rugai Bastos, especificamente *um debate sobre a questão do negro no Brasil* (1988), ele cita que “os argumentos mobilizados por Bastos e Fernandes sobre as causas e os efeitos sobre o preconceito de cor no Brasil não surgiram do nada, num vazio interpretativo, pelo contrário, estavam ligados diretamente à atuação dos movimentos negros em São Paulo, que reagiam em sua imprensa e em seus manifestos à visão tradicional sobre as relações raciais no país. Assim, a novidade da contribuição sociológica de Fernandes não residia apenas na crítica ao ‘mito da democracia racial’ uma vez que isso já era realizado anteriormente pelos movimentos negros, pelo Teatro Experimental do Negro e por outros autores, como Clovis Moura. A tese de Fernandes se mostra mais abrangente uma vez que se trata de compreender como o mito da democracia racial funcionou como um dos elementos da manutenção, mesmo com o advento da república, de uma sociedade patrimonialista, isto é, como mais um fator de resguardo por parte das velhas elites, das suas atribuições fundamentais na estrutura de poder da sociedade (p.557)”.



um dos compromissos da literatura da época: a introjeção da ideia de embranquecimento da nação onde o negro era algo a ser superado. Tanto essas espécies de desenhos quanto outras imagens de cunho racistas foram internalizadas pela população, de um modo geral, mas sobretudo para os negros, contribuindo para que essas pessoas não se aceitassem, almejando, portanto, a identidade branca.

**Figura 2. Redenção de Cam, autor: Modesto Brocos, 1895. (À esquerda)**

**Figura 3. Lamparina, personagem de José Carlos, 1924. (À direita)**



Fonte: pinterest.com



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, 2015

Para possibilitar mais reflexões, trazemos alguns dados da era Vargas, demonstrando, uma intensificação de um projeto de identidade nacional, que tentava subverter e descaracterizar qualquer elemento que lembrasse a cultura negra. Durante esse governo, seguia-se também o princípio de pensar e construir uma identidade nacional, além de intensificar mais ainda a noção de que no Brasil o problema sempre foi social e não racial, neste sentido, estamos de acordo com Ramos (1995) que “entre vários sociólogos e antropólogos brasileiros é corrente a tese de que nossos problemas raciais refletem determinadas relações de classe. Esta tese é insuficiente, pois explica apenas aspectos parciais da questão” (RAMOS, 1995, p.236).

Além da política de miscigenação seletiva, também na era Vargas, começa a surgir um empreendimento de transformar determinadas práticas culturais de raízes africanas como cultura nacional, como por exemplo, a capoeira que se tornou um “jogo brasileiro” – uma suposta representante de nossa mestiçagem. Segundo Paiva (2013), Vargas legalizou, instituiu e folclorizou a capoeira como esporte nacional, assumindo uma política pública de controle sobre os corpos. O objetivo era fazer com que a capoeira perdesse seu caráter político, alterando uma prática de combate para um folclore. Desta maneira, essas políticas tiravam dela seu caráter subversivo de confrontação à ordem. O processo de folclorização da capoeira denota uma tentativa de descaracterizar a prática historicamente, transformando-a

em prática pedagógica e ginástica nacional. Aqui, denota-se que a sobrevivência da cultura africana é um resultado de um mecanismo de controle social, em que o “senhor” autoriza sua prática à medida em que ela o favorece, já que a institucionalização da capoeira provaria um antirracismo, quando na verdade serve para não lutar mais contra ele pelo fato de vivermos numa democracia racial onde o negro tem espaço para suas manifestações artísticas e culturais.

Em 1931 foi fundada a Frente Negra Brasileira, por Arlindo Veiga dos Santos, Justiniano Costa e José Correia Leite. Uma das propostas era combater a suposta relação pacífica e harmoniosa entre as “três raças” formadoras do Brasil, muito pautada pelas políticas do Estado Novo que escondia a desigualdade entre as raças e estabelecia uma identidade nacional. Esse movimento tinha o intuito de apagar definitivamente as marcas da escravidão e lutar por um lugar positivado do negro na sociedade brasileira. Segundo Silva (2011), no ano de 1936, a Frente Negra transformou-se oficialmente em partido político e, por ter delegações em vários estados, tornou-se um grupo de proporções nacionais. Porém, a vida desse partido foi efêmera, pois todos os órgãos políticos foram dissolvidos em 1937 pela lei do Estado Novo. É perceptível que, mesmo que a elite branca não tenha alcançado o projeto de branqueamento biológico como pretendia, essa ideologia ficou incutida no cerne da sociedade brasileira e na mentalidade dos indivíduos, fortificando, portanto, a instauração da supremacia desse grupo racial. Constata-se então que essa ideologia de branqueamento acarretou em vários processos negativos para a população negra, como a falta da construção de uma identidade política e mobilizadora para lutar contra as atrocidades impostas a sua condição.

Embora este projeto de nação tenha sido abandonado em meados do século XX, a ideologia que o influenciou foi internalizada pela população brasileira, trazendo à tona acentuadas repercussões na atualidade, sobretudo no que diz respeito ao desejo de muitos mestiços ingressarem na identidade branca, tida, historicamente, como superior. Essa problemática atuaria então negativamente sobre a construção de uma identidade política mobilizadora em defesa da cidadania plena da população negra, bem como na sua marginalização, ou mesmo, exclusão, das esferas mais importantes da vida social (PANTA; PALLISSER, 2015, p.03).

Nessa direção, estamos de comum acordo com Peirano (2006), segundo a autora, para fundar um estado nacional, deve-se assumir uma universalidade, “porém, mas que algo acabado e pronto, trata-se de um processo ou uma tendência” (PEIRANO, 2006, p.122). Todavia, as indagações que permanecem é: qual tendência é assumida para se pensar a formação desse estado? Na perspectiva de Hall (2006), toda formação de estado moderno, impõe uma hegemonia cultural unificada, formando aquilo que seria uma estrutura de poder, nesse caso, especificamente, destaca-se o branqueamento nacional apoiado pelo Estado brasileiro que estava de acordo com um grupo racial em específico e seus valores. E, Levando em conta que a universalização é um dispositivo europeu e sua pauta científica, junto aos seus valores e saberes julgados superiores massificados desde o iluminismo, permitiu-se que a agência de outros povos e seus saberes fossem marginalizados nessa construção e, dessa forma, o que marcaria o desenvolvimento técnico e cultural do Brasil, seria a herança cultural dos colonizadores, pois somente esses eram considerados cidadãos dignos e sujeitos universais.

Outro ponto a destacar, como consequência do branqueamento, é a dimensão social do racismo. Entendendo que o racismo se manifesta pelos traços fenotípicos, Souza (1983) destaca que a formação social do negro é construída a partir da rejeição do fenótipo negro com códigos como, por exemplo, cor da pele, nariz largo, cabelo crespo dentre outros traços raciais em diferentes estágios dependendo da escala que o indivíduo negro se aproxima em suas características com seus descendentes africanos, influenciando seu posicionamento, espaço e sobrevivência perante a sociedade. Muitos, em contrapartida, buscando se aproximar do padrão de beleza universal branco que é o que foi fundamentado no imaginário social e representado incessantemente como o belo, alisam seus cabelos crespos e, por vezes, como podemos observar, por exemplo, em artistas negras e negros famosos, que fazem cirurgia plástica para afinarem o nariz, excluindo aquilo que seria feio de seu perfil, isto é, apagando seus traços negroides. Edmonds (2002), afirma que a plástica pode ser observada como algo que serve para consertar aquilo que está errado e esse errado estaria nos traços do corpo negro, segundo ele “a cirurgia plástica pode ser analisada como um meio de “*passing*” ou “*impostura*” – isto é, de capacitar pessoas estigmatizadas a se “fazerem passar” por normais, a normalidade se encontraria no branco<sup>14</sup>.

Significa dizer que, quanto mais próximo de sua ascendência africana no que se refere à aparência (traços fenotípicos), mais discriminação racial, em todos os âmbitos, o negro sofrerá. Então, como mecanismo de ascensão social, o negro busca identificar-se com os traços dos brancos, pois a brancura é um ideal a ser seguido. Logo, negros de pele mais claras estão mais aptos à brancura, pois conseguem transitar com mais facilidade nos espaços brancos, visto que um dos traços centrais do fenótipo é a cor da pele, indisfarçável por ser interpretado pelo social visualmente. Portanto, são mais aceitos, mas é importante dizer que isso não significa privilégio, e sim dimensões sociais do racismo.

Em outras palavras, um negro com o tom de pele mais clara não sofrerá as mesmas violências psicológicas que um negro de pele mais retinta, pois esse último, torna-se negro pela rejeição que a sociedade tem de seus traços. Negar as dimensões sociais do racismo é negar também a violência que a branquitude constrói. Por isso, é importante constatar que o negro, principalmente de pele mais clara, busca identificações como branco e, conseqüentemente, demonstra uma grande rejeição a suas raízes culturais étnico/raciais com mais facilidade. De maneira que todo esse processo é fruto de um embranquecimento que foi construído – e enraizado – na construção da identidade nacional brasileira. O fruto desse processo, discorre Souza (1983), fez com que o negro socialmente dominado, subordinado e inferiorizado por uma concepção original de seu ser, de sua individualidade e do seu grupo social “viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade ao estruturar e levar a cabo sua estratégia de ascensão social” (SOUZA, 1983, p.19). O processo de embranquecer-se, ressalta Abdias (2016), gera assimilação e aculturação do negro e, portanto, não se relaciona apenas à concessão aos negros individualmente, de prestígio social. Mais grave,

---

<sup>14</sup> Edmonds (2002) nos informa que “*passing*”, em inglês, tem a conotação de ser aceito como algo que não se é, como no caso de um mulato claro que, nos Estados Unidos, poderia ser visto como “fazendo-se passar” por branco, coisa que, na verdade, ele jamais conseguiria ser (p.211).

“restringe sua mobilidade vertical na sociedade como um grupo; invade o negro até à intimidade mesma do ser negro e do seu modo de autoavaliar-se, de sua autoestima” (NASCIMENTO, 2016, p.112).

Em síntese, o que se pode observar nessa discussão é o papel das ordens sociais vigentes planejadas pelo estado brasileiro e incorporadas pelos indivíduos, em que esses, dão sentido àquelas à medida em que interagem e compartilham um *ethos* dominante entre si em suas relações<sup>15</sup>. Dessa maneira, são reproduzidas formações sociais que se mostram materializadas e incutidas nos comportamentos dos indivíduos, o exemplo que nos situa nessa discussão é o projeto de branqueamento almejado pelo Estado brasileiro. Percebe-se, a partir dos debates exercidos acima, uma concretização das estruturas mentais e emocionais em códigos e regras de comportamento, tanto individual quanto coletivo, mediante estágios diferenciados da sociedade brasileira. Bem como observou Jesus (2017), teceu-se a partir das políticas do Estado brasileiro, uma incorporação do modo de vida europeu, “levando em conta um histórico de teorias que desqualificam a organização social e política de outros povos, leva à idealização do *ethos* ensejado pela Europa como adequado e simbolicamente correto” (JESUS, 2017, p.51).

#### **4. A lei 10.639/03 e a autoafirmação da identidade negra: pela descolonização do ensino**

A partir das discussões realizadas nos tópicos acima, nota-se, através de uma análise histórica minuciosa do país, que os negros escravizados e seus descendentes nunca obtiveram nenhuma indenização direta pelo genocídio que sofreram e ainda sofrem. Pelo contrário, uma parcela favorecida de pessoas brancas se manteve no poder sem abdicar de nenhum de seus bens e privilégios. Deste modo, foram elaborando mecanismos para não perderem sua posição na sociedade e, por consequência, comandando ideologicamente, militarmente e economicamente o país até os dias de hoje. Estabeleceram sua autoridade em sólidos pilares, emitindo dessa forma, um elemento de conservação do poder e uma efetiva garantia de duração do mesmo. Pode-se observar essa dimensão, nos dados secundários que iremos discutir aqui, frutos das pesquisas realizadas por institutos nacionais, tal como o IBGE.

Ao longo de nossa análise, identificamos que havia uma preocupação, ora por parte do estado brasileiro junto à elite, ora pela intelectualidade do período listado em constituir e fixar um “ser ideal”. Em termos filosóficos, buscou-se a essencialização e a construção do “outro” como não ser como fundamento do ser<sup>16</sup>. Carneiro (2005) e Jesus (2017), demonstram que foi

---

<sup>15</sup> Sodré (2002), destaca que de um modo geral, *ethos* é a consciência atuante e objetivada de um grupo social - onde se manifesta a compreensão histórica do sentido da existência, onde têm lugar as interpretações simbólicas do mundo - e, portanto, a instância de regulação das identidades individuais e coletivas. Costumes, hábitos, regras e valores são os materiais que explicam sua vigência e regulam, à maneira de uma ‘segunda natureza’ (como estatui um aforisma popular a respeito do hábito), o senso comum.

<sup>16</sup> Segundo Pereira (2012), o essencialismo pode ser entendido como uma heurística usada durante o processo de categorização, que apesar da extensão e da universalidade do uso, é aplicada com mais facilidade a algumas categorias sociais do que a outras. É importante reiterar que, essa essencialização surge na crença de que alguns



respaldada a ideia de um não-ser em detrimento do ser, o ser seria o branco, enquanto o não ser seria o negro, mas para o ser existir foi necessário fundamentar o que não é. Bento (2002) analisa esses aspectos e afirma que, mediante a população negra que se tinha no período pós-abolicionista, a elite, com um medo enorme daquela massa negra, que seria uma ameaça social, levando em conta que o negro era um objeto, uma subespécie sem humanidade e, portanto, não mereceria nenhum tipo de ressarcimento pelos 400 anos de sua exploração, necessitou-se criar argumentos para manter os privilégios dos brancos e apontar na população negra aquilo que os brancos mais odiavam e criminalizavam em si e na sua cultura, muito influenciada pela igreja católica. A partir disso, tudo que se tinha repulsa na cultura branca europeia é posta a uma condição inata do negro, todos os aspectos negativos condenáveis são projetados nessa população. Assim, entende-se que o “olhar do europeu transformou os não-europeus em um diferente e muitas vezes ameaçador Outro. Este Outro, construído pelo europeu, tem muito mais a ver com o europeu do que consigo próprio” (BENTO, 2014, p.31). A autora destaca que esses processos (medo e projeção) foram fundamentais para a defesa contínua dos privilégios herdados pela elite branca brasileira desde o processo de escravidão. Ter a si próprio como modelo e projetar-se sobre o outro as mazelas que não se é capaz de assumir, pois maculam o modelo do ser ideal, foi fundamental para resolver o problema de um país ameaçador majoritariamente negro<sup>17</sup>. Logo, o que se pode concluir é que o medo e a projeção estão na “gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio” (BENTO, 2014, p.35).

Como já exposto, a população branca foi e ainda é privilegiada por conta do processo de branqueamento no país. Esse processo possibilitou que os brancos se tornassem, em princípio, modelos universais de seres humanos/cidadãos, além de manterem seus privilégios econômicos e sociais em contraste com a população negra, estabelecendo dessa maneira, sua supremacia.

Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite

---

indivíduos possuem características naturais que os definem como entes menos humanos do que os demais, tal como a cor da pele.

<sup>17</sup> Importante dizer que, na perspectiva de Dove (1995), o termo europeu é utilizado para descrever as pessoas caucasianas, que agora ocupam e politicamente controlam a Europa Ocidental que é conhecido como o Ocidente. Como no caso dos povos Africanos, há um reconhecimento da diversidade e diferenças de interesses nacionais entre os europeus. No entanto, como beneficiários do capitalismo global e, como resultado do seu envolvimento com o seu desenvolvimento na escravidão e colonização dos povos Africanos e outros, e por causa das similaridades em seus sistemas de governança e valores e crenças, eu acredito que seja possível visualizar europeus como tendo muito em comum na defesa de suas posições como potências de primeiro mundo e as pessoas brancas como povos Africanos fazem para desafiar as relações de poder existentes como as pessoas negras. Ainda nesse sentido, Noguera (2014) afirma que o padrão ocidental é hegemônico no mundo inteiro e, em certa medida, com a globalização, todas as sociedades seriam “ocidentais”; mas vale destacar que os padrões ocidentais são gestados, difundidos, defendidos e postos em circulação através das políticas econômicas, de conhecimento, de estética, cultural, etc. da Europa e dos EUA.



como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre, e por fim, justifica as desigualdades raciais (BENTO, 2014, p. 22).

Levando em conta esses argumentos, concordamos com a tese central da obra de Munanga (2007), em que o autor afirma que as proposições científicas e as conceituações realizadas neste período, quer por mera especulação, quer por ideologia enroupada de cientificismo, acarreta impactos até os dias hoje na construção de uma identidade coletiva entre os negros que agisse politicamente em prol de seus direitos e que fosse mobilizadora. Já que, como consequência de todo esse processo, por exemplo, as nomenclaturas “pardo”, “moreno”, “mulato” são utilizadas em dissemelhança com o assumir-se negro, ocasionando confusão e dispersão entre os mesmos. Na elaboração dessa produção científica, os estereótipos, os julgamentos morais e as classificações, mantêm-se até os dias de hoje “como fruto da massificação dessas ideias construídas sobre a inferioridade do não-branco” (Jesus, 2017, p.25). Dado que, ao analisarmos aquilo que se manifesta culturalmente numa sociedade, é arriscado separar um costume de sua ligação com eventos passados, analisando-o como um fato isolado a ser simplesmente descartado com alguma explicação plausível.

Deste modo, observa-se que internalizar um *habitus* não seria tarefa difícil para os negros brasileiros. Quer dizer, para exercer essa análise, seleciono aqui o conceito de *habitus*, de Bourdieu (2014), em que se compreende que as estruturas sociais são estruturantes da vida social e os indivíduos as reproduzem, internalizando-as e estabelecendo relações próprias com elas. O *habitus* seria o conceito que busca compreender a relação que engloba as práticas sociais e suas respectivas representações, que estão associadas a uma estrutura social e cultural, formada por uma historicidade e, neste caso, que situo a escravidão moderna, a busca por uma identidade nacional brasileira, o branqueamento e as suas consequências reais para a população negra no Brasil. Está internalizada pela população em geral, inclusive entre os próprios negros – estando tudo isso diretamente ligado à reprodução contínua de estereótipos racistas dessa população em vários segmentos da sociedade, fazendo com que os negros entrem no processo de assimilação e aculturação, reproduzindo aquilo que fazem de sua imagem. Nesta sequência, Fernandes (1972) lança uma indagação: “até que ponto o negro está socializado não só para tolerar, mas também para aceitar como normal e até endossar as formas existentes de desigualdade racial, com seus componentes dinâmicos – o preconceito racial dissimulado e a discriminação racial indireta?” (FERNANDES, 1972, p.10).

Essa resposta, encontraríamos talvez, nos avanços com políticas públicas a partir da luta e demanda de diversos movimentos sociais negros. Isto é, apesar das proposições que solaparam a identidade negra, destacadas acima, vale dizer, não estamos afirmando que o negro não tem agência dentro dessa estrutura de poder que gera, por vezes, um condicionamento social a ele, ou melhor, ao longo da história, apesar das dificuldades, podemos observar vários desses movimentos tentando subverter a lógica genocida do estado

brasileiro. Por este ângulo, podemos destacar, como exemplo, o papel de Abdias Nascimento (1914 - 2011).

Militante incansável da causa negra no país, Abdias, em seus primeiros escritos, já apontava o massacre existencial que o negro sofria em todos os âmbitos no Brasil (social, político e econômico) e muito disso, se dava por conta da crença infatigável no mito da democracia racial, compartilhado tanto nacionalmente, quanto internacionalmente pelos governantes brasileiros. A partir de suas vivências, observações empíricas, análise de dados consistentes que se mostravam nos seus escritos, podemos sublinhar, citando caso análogo, a obra *O genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*, Abdias conseguiu confirmar suas hipóteses que coincidiam com a realidade cruel vivenciada por negros e negras no país. Ele criticava também o enfoque tradicional brasileiro sobre “o problema do negro”. De fato, ainda hoje existe uma omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa nas relações raciais brasileiras. Não têm reflexões sobre o papel do branco nas desigualdades raciais, inclusive no meio acadêmico. Bento (2014) entende que isso é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado, já que o foco da discussão é o negro e há um esquecimento sobre o papel do branco. Então, segundo ela, o que parece lesar este processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil ou na manutenção do racismo. A partir disso, entende-se que é excluído da população negra a possibilidade de benefícios simbólicos, acarretando hoje diversos fatores negativos a mesma. Esses fatores e essas consequências negativas se mostram diversificadamente dentro da sociedade como, por exemplo, na falta de representação do negro na mídia, nos livros didáticos e paradidáticos de maneira positiva e na invisibilidade de autoras e autores negros na produção de conhecimento. Segundo Bento (2014), há um ideal incutido pela branquitude de que a condição de mazela e racismo que os negros sofrem é somente culpa do processo de escravização. Esse argumento retira toda a responsabilidade de pessoas brancas sobre o meio e condição social que o negro está inserido atualmente, fazendo com que a população, de modo geral, acredite que os problemas são derivados da classe. Esse seria, portanto, um dos primeiros sintomas da branquitude: o branco achar que não faz parte da manutenção do racismo vivido pelo negro.

Pensando nessas últimas questões e extremamente incomodados, Abdias inicia em na década de setenta, junto aos movimentos sociais negros, a reivindicar, por meio de vias institucionais, leis na área da educação que permitissem o desenvolvimento de conteúdos e pesquisas na área das relações étnico-raciais que valorizassem o papel dos negros na construção do estado brasileiro, não na perspectiva do paradigma branco-europeu, mas sim na agência de pessoas negras, afrodiáspóricas e africanas<sup>18</sup>. Perceberam que havia um auto

---

<sup>18</sup> Nogueira (2014), explica que afrodiáspora pode ser entendido como toda região fora do continente africano formada por povos africanos e seus descendentes, seja pela escravização entre os séculos XV e XIX, seja pelos processos migratórios do século XX. Ou seja, considerando a divisão do continente africano em cinco regiões – África Setentrional, África Ocidental, África Oriental, África Central e África Meridional –, podemos nomear aqui a

índice de abandono escolar pelo ensino europeizado que não representava em nada essa população, pelo contrário, fomentava estereótipos sobre a mesma e anulava qualquer chance de desenvolvimento de sua autoestima, fez-se necessário então, pleitear a

promoção do ensino compulsório da história e da cultura da África e dos africanos na diáspora em todos os níveis culturais da educação: elementar, secundária e superior. Que os governos dos países onde exista significativa população de descendência africana incluam nos currículos educativos de todos os níveis (elementar secundário e superior) cursos compulsórios que incluam história africana, Swahili e história dos povos africanos na diáspora. Porque, nem os afro-brasileiros, nem os brancos brasileiros estão informados dos problemas emergentes da vida africana continental ou na diáspora, sob o ponto de vista da escolaridade (NASCIMENTO, 2016, p.38-39, grifo nosso).

Percebe-se, que o foco dessa luta, era apontar à maneira que o branco estabeleceu sua hegemonia, implicando como já evidenciado, vários reflexos sociais negativos para a população negra e que, nessa lógica, fazia-se indispensável disputar o espaço escolar e os meios universitários. Já que a forma como o branco é representado no meio social, impreterivelmente, resulta em rebaixar e inferiorizar os grupos que não contêm as mesmas características a dele e isso, por vezes, é sustentado e pouco questionado na produção de conhecimento ocidental e reprodução do mesmo. Os questionamentos de Nascimento conferem isso:

O sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro, o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia previsto Silvio Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação das salas da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira, no currículo escolar? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Ao contrário, quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (NASCIMENTO, 2016, p.113).

Isso significa dizer, por sua vez, que o espaço da escola, da forma que é concebido, é baseado num paradigma dominante que coloca, direta ou indiretamente, em segundo plano as questões da cultura africana e a produção de conhecimento realizada pelos negros, estando ali somente como conteúdo opcional ou material de apoio, que em boa parte é colocado como folclore. Conforme Asante (2009), toda a produção que não atende aos interesses eurocêntricos é marginalizada. Por consequência, o que se busca considerar é somente a organização escolar e formas de educar baseados nos valores da colonialidade, sem considerar a contribuição civilizatória de vários grupos étnico-raciais, dentre os quais destacam-se os povos de ascendência africana. Levando em conta que o estado brasileiro, desde a busca pela consolidação de um estado nacional e a construção de uma identidade nacional, como já foi demonstrado, se baseou e ainda se baseia nos valores europeus para

---

organização em outros continentes como a sexta região, a afrodiáspora: a “África fora do continente”, sua cultura e sua história.

construir seus órgãos e instituições, a escola seria mais um dos mecanismos de conservação desse estilo e, conseqüentemente, muito do que se produz e realiza nela também.

Todavia, os esforços dos movimentos sociais negros, desde a década de 1970, possibilitou oficializar, no ano de 2003, a lei 10.639/03, uma política de ação afirmativa que surgiu com o intuito de mudar esse cenário de precariedade: seus mecanismos foram elaborados com o objetivo de diminuir as diferenças sociais evidentes entre brancos e negros no país e, também, uma tentativa de conscientização, em nível nacional, sobre esse alarde, além de destacar a real importância dos negros e africanos para o Brasil, valorizando, portanto, sua cultura e fortalecendo uma identidade negra. Há de considerar sua extrema importância no combate ao racismo dentro das estruturas educacionais, pois essa lei, após ser oficializada, acrescentou elementos em forma de conteúdos a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) do ano de 1996. É de suma importância salientar que a mesma foi modificada cinco anos depois pela lei 11.645/08, que dá mesma orientação quanto o contexto indígena. No entanto, optamos por incluir apenas a lei 10.639 porque esta foi uma grande conquista dos movimentos negros que tiveram o protagonismo de formulá-la e, por conseguinte, traz um significado político/simbólico relevante.

Como destacam Pereira (2012) e Silva (2012), o intuito dessa medida foi tornar obrigatório o ensino e a inclusão de conteúdos de história e cultura Afro-brasileira e Africana em todos os níveis de educação do país, isto é, educação infantil, ensino fundamental e médio e modalidades de ensino como educação de jovens e adultos e educação tecnológica e formação profissional. Acredita-se que a inclusão desse tema nos conteúdos escolares pode reconstruir nos alunos e nos professores uma imagem positiva do continente africano, além de, por um lado, elevar a autoestima dos alunos negros e, por outro lado, tornar os demais alunos menos refratários à diversidade étnica-racial. Pereira (2012) e Silva (2012) evidenciam que a referida lei não foi sancionada de um dia para o outro. Ao contrário, antes de ser sancionada, passou por diversos estágios, resultado dos movimentos negros da década de 1970 e do esforço de simpatizantes da causa negra na década de 1980, quando diversos pesquisadores alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas, em razão, entre outras causas, da ausência de conteúdo afrocêntrico que valorizasse a cultura negra de forma abrangente e positiva.

Passaram-se quinze anos após a implementação da lei e, indubitavelmente, podemos perceber avanços no panorama educacional. Diversas propostas foram instauradas e colocadas em destaque, além da publicação de obras com o intuito de instrumentalizar professores e professoras de todos os níveis para o cumprimento das diretrizes estabelecidas. Hoje, encontra-se uma produção maior de livros que abrangem as questões levantadas pela lei e que proporcionam o conhecimento do papel fundamental que tiveram os negros e as negras na construção do país. No entanto, pergunta-se: por quais motivos ainda não há uma aplicabilidade da lei 10.639 de forma sistemática? Sabemos, de fato, que existe uma dificuldade na aplicação da mesma e que a maioria das produções baseadas nessa lei são inviabilizadas pelos conselhos e comissões formais, que estão na discussão de diretrizes e propostas educacionais e, em boa parte, quem compõe as comissões e os conselhos são

intelectuais brancos ligados à elite brasileira, já que o número de pessoas negras pós-graduadas ainda é pífio<sup>19</sup>. Isso significa, como é demonstrado no trabalho de Jesus (2017), que não há diversidade, por exemplo, no momento de seleção de livros que trabalham com a temática racial, sendo a maioria desses escolhidos por pesquisadores brancos que ignoram pautas e questionamentos dos movimentos sociais negros e seus teóricos, fazendo com que muitos dos estereótipos sejam reproduzidos, o que contribuí diretamente para permanência do racismo, já que negros e negras não ocupam esses espaços considerados de poder. Desta forma, percebemos alguns fracassos do projeto dessa lei, por parte do estado, e a necessidade de um rearranjo diante desses problemas<sup>20</sup>.

Mediante isso, vale refletir, pontualmente, sobre um dos objetivos que os movimentos negros, da década de 1970 e 1980, almejavam com a aplicação da lei: diminuir o índice de evasão e o déficit de alunos negros nas escolas – objetivo esse que, infelizmente, ainda não vem sendo alcançado<sup>21</sup>. Entendemos e acreditamos que a aplicação, de modo insatisfatório da lei, – a dificuldade na compreensão do que ela trata junto à resistência de setores racistas, que negam a necessidade de reformulação de livros e conteúdos curriculares – compromete diretamente a questão da representatividade social para os estudantes negros. Além de prejudicar a autoafirmação de sua identidade, tendo em vista que a história dos negros é afetada pela ideologia do branqueamento e que eles ainda são inferiorizados em vários meios, inclusive o educacional.

A falta de abordagem das diretrizes da lei 10.639 em sala de aula pode implicar, também, na falta de alteridade e/ou empatia com o grupo étnico desfavorecido. Da mesma forma, muitos estudantes saem do Ensino Fundamental e Médio com pouco acúmulo e conhecimento da história da África e cultura Afro-brasileira, desprezando, por exemplo,

---

<sup>19</sup> Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada em 2015, embora representem a maior parte da população, (52,9%), os estudantes negros representam apenas 28,9% do total de pós-graduandos, sendo à universidade ainda controlada pelos interesses dos brancos.

<sup>20</sup> Tais comissões são o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Ministério da Educação (MEC). Segundo Renato Nogueira (2010), o MEC tem papel indutor conforme consta no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e cultura Afro-brasileira e africana que está na esteira da resolução 001/2004 do CNE que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana em junho de 2009, complementando o documento que foi publicado pela primeira vez no ano de 2004.

<sup>21</sup> Segundo um estudo realizado pelo movimento Todos pela Educação, em 18 de novembro de 2016, a partir de uma série de dados levantado concluíram que os brancos concentram os melhores indicadores e é a população que mais vai à escola. São também os que se saem melhor nas avaliações nacionais. Ou seja, a educação reforça desigualdades entre brancos e negros. Algumas estatísticas mostram que a taxa de analfabetismo é 22,3% entre os pretos; 11,1% entre os pardos; e, 5% entre os brancos. A pesquisa ressalta também, que até os 14 anos, as taxas de frequência escolar têm pequenas variações entre as populações, o acesso é semelhante à escola. No entanto, a partir dos 15 anos, as diferenças ficam maiores. Enquanto, entre os brancos, 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio, etapa adequada à idade, entre os pretos esse índice cai para 55,5% e entre os pardos, 55,3%.



aspectos importantes sobre a questão racial e dos diferentes caminhos de possibilidades, que pouco lhes são apresentados com relação ao combate do racismo. Fato é que, a educação transmitida e estabelecida com bases e diretrizes eurocêntricas, deslocadas da agência de pessoas negras, alimenta uma estrutura de poder racista e mantém o privilégio de uma pequena parcela da população, afetando os negros diretamente<sup>22</sup>. É importante destacar, que essas diretrizes estão assentadas sobre noções de supremacia branca que foram propostas para proteção, privilégio e vantagens da população branca na educação, na economia, na política e assim por diante. Para Nogueira (2010), o eurocentrismo apresenta a história particular e a realidade dos europeus como o conjunto de toda experiência humana, impõe-se como sendo universal, ou seja, apresentando o branco como condição humana, enquanto todo não-branco é visto, por conseguinte, como não-humano. Nesse sentido, o que é alimentado nas escolas é o racismo epistêmico, que na perspectiva de Noguera (2014)

é um conjunto de dispositivos, práticas e estratégias que recusam a validade das justificativas feitas a partir de referenciais filosóficos, históricos, científicos e culturais que não sejam ocidentais. Em outras palavras, o projeto epistemológico moderno estabeleceu critérios para distinguir o que é conhecimento válido do que não é conhecimento. Com isso, o conhecimento gestado dentro de um desenho geopolítico ocidental é privilegiado em relação aos outros (NOGUERA, 2014, p.27)

Este tipo de ensino impede, por conseguinte, pessoas negras de terem um acompanhamento de sua ancestralidade, história e origem, desvalorizando subjetivamente a sua necessidade de resistir, ao que Ani (1994) defini como Maafa: “processo sistemático e contínuo de destruição física e espiritual das pessoas negras, individual e coletivamente” (ANI, 1994, p.219, grifo nosso). Se não fomentarmos proposições críticas e apontamentos que possam melhorar a aplicabilidade da lei 10.639, é possível que ela perca sua capacidade potencialmente transformadora. Por outro lado, se aplicada com o requerido vigor e rigor, essa medida pode ter um impacto permanente nas consciências das gerações vindouras e, sobretudo, ajudar na conscientização de pessoas negras com relação à sua identidade e combate ao racismo, como se encontra no cerne de sua proposta. Bem como demonstra Moore (2007), afirmando que o propósito da lei serve para a sociedade inteira reexaminar as bases da fundação do Brasil e recordar as vias ocultas e ocultadas “pelas quais os segmentos sociais dominantes de hoje, em todo o Continente Americano, construíram suas riquezas e assentaram sua hegemonia na sociedade” (MOORE, 2007, p. 27).

## 5. Considerações Finais

O grande desafio para nós se encontra em expor um debate, que por vezes, nos parece tão caro ao meio acadêmico, explicando como o processo de branqueamento no Brasil pode ter implicado, diretamente, na crise de identidade e afirmação dos negros no país. Afetando assim, toda a população negra e desmobilizando sua luta política em busca de seus direitos. Podemos observar então, que há ainda um longo caminho a percorrer, até que se supere a

---

<sup>22</sup> Quando falamos de agência nos referimos a perspectiva que percebe os negros como sujeitos de fenômenos atuando sobre sua própria imagem e de acordo com seus próprios interesses humanos, falando de suas próprias experiências, ou seja, sendo sujeitos.

inconsistente ideia de democracia racial e ocidentalização de nosso ensino, em todas as dimensões, e que, para superar essa barreira, assim como Fernandes (2007), acredito que “não poderá haver integração nacional, em bases de um regime democrático, se os diferentes estoques raciais não contarem com oportunidades equivalentes de participação das estruturas nacionais de poder” (FERNANDES, 2007, p.51). E para tal resolução, o papel do branco precisa ser questionado por ele próprio, colocando em análise e evidência seus privilégios e dissecando não mais os negros e sim o seu comportamento nas relações raciais. Deste modo, alcançaremos possibilidades de como trabalhar com a identidade negra à medida em que a constituição dessa identidade é revolucionária e extremamente importante no combate ao racismo antinegro, entendendo que a ação de autoafirmação constrói saberes e lutas por emancipação entre os próprios negros, um dos objetivos da lei 10.639/03. Caso isso não seja feito de maneira imediata, as estruturas institucionais, tal como à escola, continuarão a reproduzir fortes mecanismos de conservação social, “tudo tende a mostrar que o sistema escolar é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais” (BORDIEU, 1998, p.41).

Acreditamos que, empregada de modo sistematizado, a lei 10.639 pode superar aquilo que na perspectiva de Nascimento (1980), é a grande questão para superação do racismo: descolonização mental, em que se encontra uma crítica constante ao mentecídio, isto é, um assassinato no arcabouço cognitivo e intelectual de pessoas negras que emerge ao lado do racismo antinegro, pois “muitos de nós, como resultado da colonização/europeização da nossa mente, não podemos rejeitar cultura africana ou acreditar que não tenha algo de valor para oferecer, pois nos é apresentada como uma coisa do passado sem nenhuma relevância para o futuro” (Dove, 1995, p.02). Logo, reforça-se sobre a lei um poder de combate a experiência histórica da dominação, as marcas/resquícios do colonialismo presentes no cotidiano escolar e a visão de mundo europeia que é compreendida como a verdade única que foi construída a partir da inferiorização de todas as outras possibilidades de conhecimento. Havendo uma contribuição para que a população negra conheça a sua história, sua cultura e suas origens e que novos mecanismos ajudem a lei ser supervisionada com grande rigor por parte das comissões educacionais, onde os profissionais da educação estejam atentos, também, a essas supervisões, com o propósito de pressioná-las e conseguirem atribuir melhorias para a população negra no panorama educacional, automaticamente, iremos diminuir a baixa autoestima maximizada pelas experiências de racismo cotidiano. Reconstruindo, portanto, o espaço escolar como oportuno a reescrever o conhecimento e a ancoragem social dos conteúdos, reconhecendo as identidades culturais, questionando as representações que são exercidas sobre os “outros”, e fazendo, por fim, a escola um espaço da crítica cultural e a produção de novos conhecimentos.

## Referências

- ANI, Marimba. **Yurugu: an African-centered critique of European cultural thought and behavior**. Trenton: Africa World Press, 1994, p.199-226.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- BRASIL JR., Antonio. As ideias como forças sociais: sobre uma agenda de pesquisa. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 05.02: p. 553-574, agosto, 2015.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em Revista**, n. 12, p. 153–165, dez. 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2005.
- CASTELO, Cláudia. **O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio**. Buala.org. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/a-ler/o-lusotropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>>. Acesso em: 28 mar. 2018
- DOVE, Nah Dorothy. Uma Crítica Africano-Centrada à Lógica de Marx. **Jornal Ocidental dos Estudos Negros**, v. 19, n. 4, 1995.
- DUMONT, Louis. **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- EDMONDS, Alexander. **No universo da beleza: notas de campo sobre cirurgia plástica no Rio de Janeiro**. Nu & Vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, p. 189-261, 2002.
- FERNANDES, Florestan; PEREIRA, João Baptista Borges; NOGUEIRA, Oracy. A questão racial brasileira vista por três professores. **Revista USP**, n. 68, p. 168-179, 2006.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUSMÃO, João Lucas. **Corpo e Raça durante o século XIX no filme “A Vênus Negra”**. **Anais do XIX Encontro Regional de história – profissão historiador: formação e mercado de trabalho**. Juiz de Fora – MG: 2014

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

IBASE. **Cotas raciais, por que sim?** 2. ed. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, 2006.

JESUS, Fernando Santos de. **O negro no livro paradidático**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

KECHICHE, Abdellatif. **Vênus negra**. Imovision, 2011. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=3\\_P—6uis4Q&t=27s](https://www.youtube.com/watch?v=3_P—6uis4Q&t=27s)>. Acesso em: 2 mar. 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1986.

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. **Contornos do (in) visível: a redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último oitocentos**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

X, Malcolm. **Autobiografia de Malcolm X: com a colaboração de Alex Hurley**. Tradução de Pinheiro de Lemos. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza Edições, 2007.

MOREIRA, Márcia.; SILVA, Maurício. **Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos**. **Linguagens & Cidadania**, v. 14, n. 1, 6 set. 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Minas Gerais: Autentica, 2007

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1978.

\_\_\_\_\_. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. Coleção Sankofa, V. 4. Selo Negro, 2009.

NOBLES, Wade. Sakhú Sheti: Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Ed.). **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

NOGUERA, Renato. **Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado**. **Revista África e Africanidades**, nov. 2010.

\_\_\_\_\_. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Biblioteca Nacional, 2014.

PANTA, Mariana.; PALLISSER, Nikolas. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. In: Congresso internacional de história, 2., 2015. **Anais...** Ponta Grossa: UEPG – Uni Centro, 2015.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida: e outros ensaios.** Zahar, 2006.

**PESQUISA nacional por amostra de domicílios:** síntese de indicadores 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

PEREIRA, Marcos Emanuel. ÁLVARO, José Luis. OLIVEIRA, Andréia. DANTAS, Gilcimar. Estereótipos e essencialização de brancos e negros: um estudo comparativo. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 1, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Editora UFRJ, 1995.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil.** 2. ed. Revisão e prefácio de Homero Pires. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

SILVA, Ana Célia. **Branqueamento branquitude:** conceitos básicos na formação para a alteridade. Salvador: EDUFBA, 2007.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho:** uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Graal, 1983.